tigo 266.º, n.º 5), alínea a) «Encargos gerais — Deslocações do pessoal — Subsídios de viagem e de demora — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor de S. Tomé e Príncipe, tomando como contrapartida as disponibilidades existentes na verba do mesmo capítulo, artigo 267.º, n.º 15) «Diversas despesas — Para pagamento a um capataz de presos», da referida tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 6 de Julho de 1961. — Pelo Ministro do Ultramar, *João da Costa Freitas*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *J. da Costa Freitas*.

Portaria n.º 18 576

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 28 326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir para a tabela de despesa ordinária do orçamento privativo da Agência-Geral do Ultramar para o corrente ano os seguintes créditos especiais, tomando como contrapartida o saldo do exercício do ano económico findo:

1.º Um de 25 000\$ para reforçar a verba do artigo 4.º n.º 1), alínea a) «Despesas com o material — Aquisições de utilização permanente — Aquisição de móveis — Mobiliário».

2.º Um de 250 000\$ para reforçar a verba do artigo 9.º, n.º 2), alínea a) «Pagamento de serviços — Diversos serviços — Propaganda — Pelo cinema, incluindo revisão e arranjo de filmes e manutenção do serviço e arquivo de cinematografia».

Ministério do Ultramar, 6 de Julho de 1961. — Pelo Ministro do Ultramar, *João da Costa Freitas*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Direcção-Geral de Economia

Repartição de Povoamento

Portaria n.º 18 577

Considerando o que foi requerido pela concessionária:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos da base XI da Lei Orgânica do Ultramar Português e artigo 19 do Decreto de 20 de Setembro de 1906, que regula a pesquisa e lavra de minas no ultramar, conjugados com o disposto na última parte da Portaria n.º 17 097, de 3 de Abril de 1959, prorrogar por mais um ano, a contar de 27 de Julho próximo futuro, o prazo de exclusivo de pesquisas concedido inicialmente à Companhia do Manganés de Angola pela Portaria n.º 14 966, de 27 de Julho de 1954, e ampliado pela Portaria n.º 17 097, já citada.

Ministério do Ultramar, 6 de Julho de 1961. — Pelo Ministro do Ultramar, *Manuel Rafael Amaro da Costa*, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *A. da Costa*.

MINISTÉRIOS DO ULTRAMAR E DA ECONOMIA

Despacho

1. O actual regime de fornecimento de açúcar no território metropolitano continental, regulado pelo Decreto-Lei n.º 38 701, de 28 de Março de 1952, precisa de ser revisto.

A intenção do Governo é manter o regime existente até ao termo da sua validade, que se situa na campanha de 1966-1967 (1 de Maio a 30 de Abril); mas como qualquer ordenamento futuro que implique novas culturas ou novas construções industriais não poderá estar em plena laboração antes de alguns anos — três ou quatro na melhor hipótese —, parece conveniente definir desde já a linha geral do regime que há-de suceder ao actual.

2. Várias razões se conjugam para justificar se defina neste momento a política futura do açúcar:

a) O consumo de açúcar na metrópole tem aumentado rapidamente, a um ritmo médio aproximado de 5000 t por ano, o que faz prever um consumo de, pelo menos, 175 000 t em 1965 e 200 000 t em 1970;

b) Convém assegurar desde já aos produtores de Angola e Moçambique um mercado para as suas ramas, para além do período da campanha de 1966-1967, de modo a garantir-lhes a segurança necessária num planeamento a longo prazo;

c) Há que considerar a possibilidade de uma indústria açucareira na Guiné para utilização da cana, que constitui uma produção importante daquela província e que até agora tem sido utilizada em pequenas indústrias rurais, com tendência a desaparecer;

d) Estão pendentes diversos pedidos para o estabelecimento de fábricas de açúcar a partir de beterraba de produção metropolitana continental;

e) Há extensas zonas de regadio na metrópole já em exploração ou em projecto, nas quais a beterraba, à semelhança do que sucede noutros países europeus, constitui elemento favorável na rotação das culturas; a beterraba constitui ainda um factor valioso de fomento pecuário;

f) Há que desenvolver e modernizar a produção açucareira açoriana, para lhe dar condições de resistência na Europa futura e fortalecer a fraca economia insular;

g) Há que ter em consideração as bases da reorganização da indústria de refinação de açúcar na metrópole, presentemente em estudo;

h) Conviria que os produtores de Angola e Moçambique viessem a interessar-se, como é desejo do Governo, e a bem da unidade nacional, em novas empresas produtoras açucareiras na Guiné e na metrópole, de modo que a exploração destas empresas comece a exercer-se antes de terminar legalmente o regime actual.

3. Pelo que se expõe, define-se como segue a futura política do açúcar:

a) Para além do ano cultural de 1966-1967 e pelo período de dez anos é garantido às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique o abastecimento de ramas para o consumo do território metropolitano continental, com o diferencial previsto na legislação em vigor, até ao limite de 80 por cento desse consumo;

b) É permitido o fornecimento à metrópole de ramas produzidas na Guiné, nas mesmas condições que as produzidas em Angola e Moçambique, até ao montante de 5 por cento do consumo metropolitano continental;